

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 12 de junho de 2013.

Edição nº 1199

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	2
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contratos.....	3
Avisos de licitações.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
Súmulas de convênios.....	5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, JOSÉ BARROCO DE VASCONCELLOS**, no uso de suas atribuições legais e considerando decisão de Confirmação na Carreira proferida pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, bem como satisfeitas as exigências do estágio probatório nos termos do artigo 53, da Lei nº 8.625/93, e conforme artigo 128, parágrafo 5º, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, **DECLARA VITALÍCIOS** os seguintes Promotores de Justiça:

PORTARIA Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	VITALÍCIO EM	EXPEDIENTE Nº
1479/2013	DENISE SASSEN GIRARDI DE CASTRO	23/05/2013	PR.00035.00242/2011-2
1480/2013	FERNANDO DE ARAUJO BITTENCOURT	18/05/2013	PR.00035.00212/2011-5
1481/2013	LÉO MÁRIO HEIDRICH LEAL	16/05/2013	PR.00035.00235/2011-6
1482/2013	MELISSA PASSOS SOARES	12/05/2013	PR.00035.00240/2011-6

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de junho de 2013.

JOSÉ BARROCO DE VASCONCELLOS,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

BOLETIM N.º 273/2013

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a Dra. SUZANE HELLFELDT, Promotora de Justiça, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito, contra Elton Brandemburg, com base no Processo n.º 105/2.12.0001291-5, oriundo da Vara Judicial da Comarca de Ibirubá, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 1562/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 1600/2013

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no Artigo 212 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, **SPU.PR.00033.00105/2013-9**, por sessenta (60) dias, a contar do dia **11 de junho de 2013**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre/RS, 11 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de junho de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1199

BOLETIM N.º 274/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 31 de maio de 2013, a Portaria n.º 5053/2006, que designou o servidor LEANDRO GOMES FROTA, Adido – Brigada Militar, ID n.º 2233185, para exercer a Função de Gratificada de Assessor de Segurança Institucional II, FG-07, deste órgão (Port. 1541/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO N.º 1805-09.00/13-0**

LOCADORES: MARIA JANICE ALMEIDA KRUSE E IVAN KRUSE; **OBJETO:** locação, por 12 (doze) meses, a contar de 1º de junho de 2013, do imóvel situado na Av. das Indústrias, n.º 275, depósito 115, na cidade de Porto Alegre/RS, com área total de 559,93m², destinado à instalação e funcionamento da Unidade de Arquivo desta Instituição; **VALOR TOTAL:** R\$ 61.490,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.36, Rubrica 3614; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 11117-09.00/07-1
CO.27898**

LOCADORES: LUÍS DONATO DILLY E MARIA RENATE GROHMANN DILLY; **OBJETO:** locação do imóvel situado na Avenida Presidente Lucena, n.º 2.101, na cidade de Ivoti/RS, destinado à instalação e funcionamento da Promotoria de Justiça da cidade; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.721,67; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.36/3614; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 07 de junho de 2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 718-09.00/11-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/11**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA. - ME; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 04 de junho de 2013, da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 39/11; reajuste do preço do ajuste, a contar de 1º de abril de 2013, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 7,30%, passando a R\$ 275,26 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas quinta, item 5.6, e décima segunda do instrumento contratual.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Pregão Presencial

Pregão Presencial n.º 08/2013 (Processo n.º 000430-09.00/13-1) Tipo: Menor Preço. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle, por meio de cartão eletrônico e software disponibilizado pela internet, de aquisição de combustíveis, reposição do nível de óleo do motor, serviço de borracharia e higienização em estabelecimentos credenciados, para uso de aproximadamente 125 veículos da frota da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 26/06/2013, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 10.520/02, Provimentos PGJ/RS n.º 54/02 e n.º 33/08, LC n.º 123/06 (arts. 42 a 45) e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 036/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:



1) Inquérito Civil nº 00815.00013/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummerz, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa na aplicação de recursos do IPA-SEM em instituição financeira privada.

2) Inquérito Civil nº 00829.00035/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa e eventuais danos ao erário envolvendo administradores públicos e/ou terceiros, em razão do contrato 40542, firmado entre o Município de Porto Alegre e empresa privada.

3) Inquérito Civil nº 00829.00082/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de acompanhar a situação dos contratos emergenciais na SUSEPE e a efetiva nomeação de candidatos para o curso de formação, em substituição aos primeiros.

4) Inquérito Civil nº 00748.00092/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar irregularidades em registros de aulas ministradas e/ou assistidas no CFC representado, com possível inserção de dados falsos em sistema de informação e consequente repasse de verbas a menor.

5) Inquérito Civil nº 00716.00007/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar irregularidades em contratações temporárias no Município de Arroio Grande.

6) Inquérito Civil nº 00716.00008/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar violação da Súmula Vinculante nº 13 do STF no Município de Arroio Grande.

7) Inquérito Civil nº 00870.00001/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de verificar possível irregularidade sobre o pagamento dos estagiários no Município do Chuí.

8) Inquérito Civil nº 00861.00095/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual desvio de finalidade na aprovação de projeto arquitetônico pela Prefeitura Municipal de Sinimbu.

9) Inquérito Civil nº 00765.00014/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar possíveis nomeações de servidores aprovados em concurso público de forma irregular.

10) Inquérito Civil nº 00829.00066/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em nomeação de cargo em comissão na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre.

11) Inquérito Civil nº 01203.00012/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Aureo Rogério Gil Braga, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate aos Crimes Licitatórios, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na contratação direta de empresa pelo Estado para a construção de casas prisionais no Estado do Rio Grande do Sul.

12) Inquérito Civil nº 00765.00015/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar o possível fato de servidor municipal estar recebendo seus vencimentos regularmente, embora afastado do serviço público.

13) Inquérito Civil nº 00829.00075/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na execução do Projeto Reluz pela SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação.

14) Inquérito Civil nº 00721.00006/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com a finalidade de investigar possíveis ilegalidades em contratos com o Poder Público.

15) Inquérito Civil nº 00748.00100/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar prática de “Jogo de Planilhas” na concorrência pública nº 003/2008 com contratação de empresa pelo contrato nº 111/2008.

16) Inquérito Civil nº 00913.00004/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de investigar má conduta de conselheiro tutelar, não atuando em regime de dedicação integral e exclusiva, bem como possível ato de improbidade administrativa.

17) Inquérito Civil nº 00711.00049/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar improbidade administrativa consistente na acedência de sala do prédio do SINE para aliciamento de trabalhadores na colheita da maçã em Vacaria.

18) Inquérito Civil nº 00735.00008/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, com a finalidade de investigar possível inobservância da Súmula Vinculante nº 13 na contratação de Assessor Jurídico pelo presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Novo (RS).

19) Inquérito Civil nº 00952.00031/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Cesar Sgarbossa, da Promotoria de Justiça de Parobé, com a finalidade de investigar dano ao Fundo Previdenciário Municipal.

20) Inquérito Civil nº 00952.00009/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Cesar Sgarbossa, da Promotoria de Justiça de Parobé, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa.

21) Inquérito Civil nº 01223.00034/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de junho de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1199

investigar as condições de funcionamento, o efetivo e a eficiência na Polícia Ambiental de Santiago.

22) Inquérito Civil nº 00809.00004/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça de Mostardas, com a finalidade de investigar possível improbidade administrativa pela aquisição de medicamentos sem a observância da Lei de Licitações, nos anos de 2009 a 2010, pelo Município de Mostardas.

23) Inquérito Civil nº 00829.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades nos termos aditivos nºs 51/2012 e 105/2012 que prorrogaram o contrato nº 14/2007 celebrado com empresa, e reajustaram o valor do preço a ser pago, quanto à tonelada de resíduos sólidos coletados e transportados.

24) Inquérito Civil nº 00723.00026/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a utilização de recursos públicos do município de Pinto Bandeira para a publicação de encartes de promoção pessoal do Prefeito Municipal.

25) Inquérito Civil nº 00723.00025/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar a percepção indevida de diárias pela Prefeitura de Pinto Bandeira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula de Termo de Cooperação

PR.00687.00047/2012-4

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Associação Gaúcha de Supermercado (AGAS) e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços no Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO-RS). **Objeto:** a colaboração recíproca na execução da campanha para a redução do uso de sacolas plásticas no Estado do Rio Grande do Sul. **Prazo de vigência:** até 05-11-2013, podendo ser prorrogado por 6 (seis) meses mediante termo aditivo. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula de Termo de Cooperação

PR.00001.00297/2013-2

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Objeto:** Concessão de bolsas de estudos parciais para os membros aprovados nos processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação "lato sensu" e "stricto sensu" junto a Instituições de Ensino sediadas no Estado do Rio Grande do Sul e regularmente reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC. **Prazo de vigência:** indeterminado, a contar de 25-07-2013. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Súmula de Termo de Convênio

PR.00956.00556/2010-2

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. **Objeto:** Utilização do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas - SICAP. **Prazo de vigência:** 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura em 25/03/2013. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de junho de 2013.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.